

Trabalho docente na Educação Infantil: contexto pandêmico em João Pessoa

Palhano, Tânia Rodrigues ¹

Alcântara, Lindinalva Correia ²

RESUMO

O estudo consiste em discutir sobre uma pesquisa realizada a partir de reflexões e estudos no mestrado durante o contexto pandêmico na Educação Infantil. A base teórico-metodológica, de natureza qualitativa e de cunho exploratório, possibilitou melhor compreensão do fenômeno em seu contexto. Realizamos a pesquisa bibliográfica para caracterizar a busca por respostas baseadas na literatura existente acerca do tema em discussão. Buscamos as contribuições de Donato (2008), Oliveira (2019), documentos oficiais norteadores da Educação Infantil, dentre outros. Para a obtenção dos dados, utilizamos, como instrumentos de coletas, a observação e entrevista semiestruturada com dez professoras em dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), em João Pessoa, Paraíba. Os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que, na pandemia, o trabalho docente remoto não foi significativo, devido às necessidades das crianças em observar, pegar, sentir e construir significados durante seu processo de desenvolvimento físico, intelectual, social e emocional.

Palavras-chave: Educação Infantil. Trabalho Docente. Criança.

Teacher's work in Early Childhood Education: pandemic context in João Pessoa

¹ Universidade Federal da Paraíba. Prof.^a Doutora Permanente – Mestrado/ Doutorado/ Pós-doutorado – UNICAMP 2013-2015. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Psicologia da Educação. Centro de Educação – Campus I, Departamento de Educação. Email: taniarpalhano@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8144016634327801>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3573-6889>.

² Universidade Federal da Paraíba. Prof.^a Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/CE/UFPB/2020). Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/2003) e Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos (FIP/2004). Email: lindinalvaalcantara@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1665947409144424>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8393-6060>.

ABSTRACT

The study consists of discussing a research conducted from reflections and studies in the master's degree during the pandemic context in Early Childhood Education. The theoretical and methodological basis of a qualitative exploratory nature enabled a better understanding of the phenomenon in its context. We carried out a bibliographic research to characterize the search for answers based on the existing literature about the subject under discussion. We sought the contributions of Donato (2008), Oliveira (2019), official documents that guide Early Childhood Education, among others. To obtain the data we used as collection instruments the observation and semi-structured interview with ten teachers in two Municipal Centers for Early Childhood Education (CMEIs), in João Pessoa-Paraíba. The collected data were analyzed based on content analysis. The results showed that in the pandemic the remote teaching work was not significant, due to the needs of children to observe, catch, feel and build meanings during their physical, intellectual, social and emotional development process.

Keywords: Early Childhood Education. Teaching Work. Child.

Trabajo docente en Educación Infantil: contexto de pandemia en João Pessoa

RESUMEN

El estudio consiste en discutir una investigación realizada a partir de reflexiones y estudios en la maestría durante el contexto de pandemia en Educación Infantil. La base teórico-metodológica cualitativa y exploratoria permitió una mejor comprensión del fenómeno en su contexto. Realizamos una investigación bibliográfica para caracterizar la búsqueda de respuestas a partir de la literatura existente sobre el tema en discusión. Buscamos las contribuciones de Donato (2008), Oliveira (2019), documentos oficiales que orientan la Educación Infantil, entre otros. Para la obtención de los datos, utilizamos como instrumentos de recolección de datos la observación y entrevistas semiestructuradas con diez docentes de dos Centros Municipales de Educación Infantil (CMEI) de João Pessoa-Paraíba. Los datos recogidos se analizaron mediante análisis de contenido. Los resultados mostraron que en la pandemia, la labor docente a distancia no fue significativa, debido a las necesidades de los niños y niñas de

observar, captar, sentir y construir significados durante su proceso de desarrollo físico, intelectual, social y emocional.

Palabras clave: Educación Infantil. Trabajo Docente. Niño.

INTRODUÇÃO

Olhar para a Educação Infantil no contexto pandêmico requer revisitar a trajetória desta etapa da educação, marcada pelo assistencialismo e/ou um modelo de educação preparatória para a escolaridade posterior, que vem se transformando ao longo do tempo, juntamente com as mudanças ocorridas na sociedade em relação às concepções de crianças e infâncias, assim como as transformações no trabalho docente.

Segundo Faria (2012, p. 54), a trajetória histórica da Educação Infantil passa pelo processo de industrialização e urbanização que desencadeou o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, demandando a criação de escolas nas quais as crianças pudessem ficar. Conforme Kishimoto (2002), em 1844, foi criada a primeira creche em Paris para abrigar as crianças de mães que trabalhavam na indústria, com o objetivo de cuidar dos pequenos e protegê-los enquanto suas mães saíam para o trabalho.

Foi justamente nesse movimento que a Educação Infantil pública brasileira teve início no século XX, mas, com o passar dos tempos, foram surgindo mudanças no conceito de crianças e infâncias. Sendo assim, é importante salientar que, a partir de diversas conquistas e formulação de documentos legais, foi garantido o direito da criança à educação. Somente com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação foi reconhecida como dever do Estado e direito da criança, mediante o estabelecimento gratuito em creches e pré-escolas.

Após dois anos, surgiu, para reforçar esse direito, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), consistindo também em referência central dos direitos da infância e da adolescência ao reafirmar os princípios definidos no texto constitucional. Porém, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que regulamenta a Educação Infantil em creches e pré-escolas, inserindo-a na Educação Básica como primeira etapa, incorporando a indissociabilidade do cuidar e do educar.

Diante desse contexto de transformação, foi surgindo o trabalho docente como profissão, bem como foram elaborados diversos documentos norteadores do fazer pedagógico nessa etapa da educação, dentre eles, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RECNEI (BRASIL, 1998), trazendo um perfil profissional docente que tenha uma competência polivalente para trabalhar com crianças pequenas e dialogue com as famílias e a comunidade, buscando informações necessárias para o trabalho desenvolvido.

Nessa direção, originaram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI ((BRASIL, 2010) para substituir o RECNEI, que, por mais de uma década, subsidiou as práticas pedagógicas nessa etapa da educação e evidenciou o currículo a partir dos três princípios: éticos que envolvem a valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, das diferentes culturas; princípios políticos que dizem respeito aos direitos de cidadania, da criticidade e do respeito à ordem democrática e os princípios estéticos que envolvem a valorização da sensibilidade, criatividade, ludicidade e diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Diante desse panorama, em 2015, iniciou-se a discussão sobre a inserção da Educação Infantil numa Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), debatida em todo o país por diferentes representações sociais, de classe, entidades e instituições. Esse currículo na Educação Infantil elegeu campos de experiência diretamente ligados aos dois eixos curriculares: as interações e as brincadeiras que fundamentam as práticas pedagógicas.

Sendo assim, considerando o período de pós-pandemia e pensando na retomada de um trabalho docente interessante na infância, tornou-se necessário tentar recuperar a curiosidade das crianças frente ao desconhecido e o desejo do docente de compartilhar uma forma própria de raciocinar e tomar as crianças como interlocutoras a partir do olhar e da escuta.

Nesse sentido, o município de João Pessoa, Paraíba, organizou o trabalho pedagógico na Educação Infantil, conforme base legal posta nos documentos oficiais que regem sobre essa etapa da educação, a partir de um *continuum* curricular, permitindo que habilidades e competências essenciais da (BNCC) fossem priorizadas, flexibilizando o currículo e garantindo o desenvolvimento contínuo das aprendizagens de 2020 a 2022, “sendo que em 2023 coloca-se em construção a Proposta Curricular da Educação Infantil para potencializar a qualidade da educação” (JOÃO PESSOA, 2021, p. 22).

Em face ao exposto, há uma trajetória percorrida pelo município como uma política governamental destinada ao trabalho docente, como o mapeamento de práticas pedagógicas desenvolvidas pelos(as)

professores(as), na perspectiva de publicação e premiação para incentivar os(as) docentes a aprimorarem os processos educacionais, promovendo a socialização dos seus saberes pela valorização do seu trabalho.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, primeiramente, fez-se um levantamento bibliográfico, constituído pelas contribuições de Oliveira (2019), dos documentos oficiais norteadores da Educação Infantil, dentre outros autores que tratam do trabalho docente na Educação Infantil, especialmente, no contexto do isolamento social, assim como no período pós-pandemia, pois essas foram as principais categorias analisadas na pesquisa. Em um segundo momento, desenvolveu-se a pesquisa de campo. Para tanto, realizou-se a observação e a entrevista semiestruturada, nos dois CMEIs, com dez professoras.

Durante as observações, foram considerados alguns aspectos, como: a postura da professora, a relação professora/criança e o trabalho pedagógico. Ficou evidenciado que, após a pandemia e a volta das crianças, tanto elas quanto as docentes necessitavam de apoio psicológico e segurança nesse momento de retorno aos CMEIs. Uma das docentes mencionou que precisaria de uma injeção de ânimo, de coragem, de perspectiva e esperança para, assim, desenvolver satisfatoriamente seu trabalho.

O roteiro da entrevista foi estruturado, levando em consideração alguns tópicos centrais: dados pessoais, formação acadêmica, informações profissionais na pós-pandemia e valorização do trabalho docente. Após a entrevista, houve a análise crítico/reflexiva da fala da professora, culminando na produção do presente texto. Conforme Bardin (1977, p.31), “a análise de conteúdo objetiva desvendar o que está por trás das palavras sobre as quais se debruça como forma de apreender a realidade.”

Segundo as professoras entrevistadas nesta pesquisa, desde a pandemia, o trabalho docente tem passado por diversas mudanças, pois, durante o isolamento social, a responsabilidade pelo pedagógico de forma remota provocou desafios para as docentes, uma vez que elas, praticamente, prescreviam tarefas para as famílias desenvolverem com seus filhos, havendo uma discrepância entre o trabalho prescrito e o real que afetava a dinâmica do fazer pedagógico das profissionais.

Conforme Minayo (1996), a abordagem qualitativa de cunho exploratório permite descrever e apresentar o fenômeno em sua essência vivenciado pelos sujeitos. Essa abordagem ocupa um lugar de relevo na construção do conhecimento, pois sua utilização contribui para a construção de um conhecimento de maior amplitude.

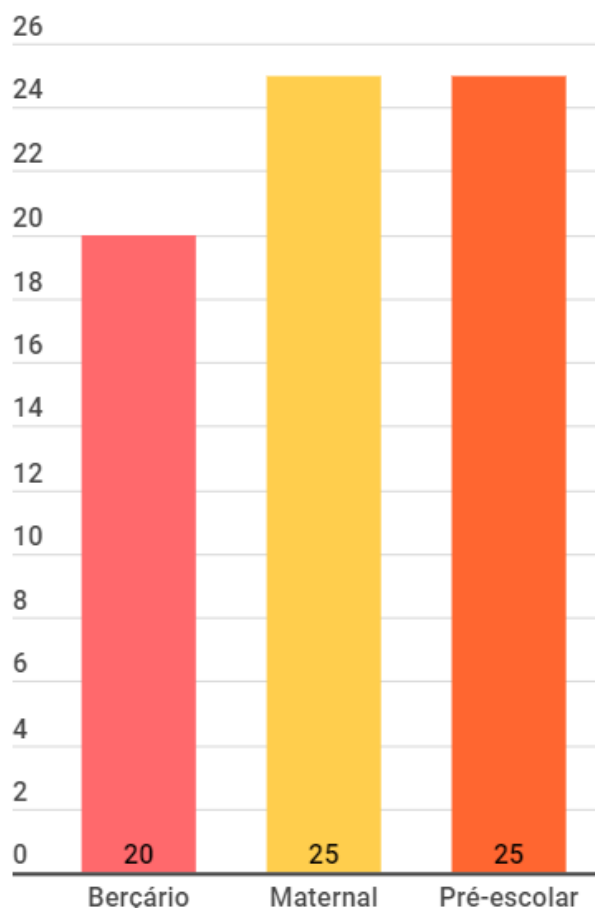
Sendo assim, para melhor entendimento, este estudo apresenta, além das palavras introdutórias que descrevem a contextualização da investigação, os processos metodológicos, a fundamentação teórica, que esclarece sobre o trabalho docente na Educação Infantil no contexto pandêmico na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, PB, conforme os três tópicos que se seguem, e as considerações finais.

A Educação Infantil no contexto pandêmico em João Pessoa

No contexto da pandemia com o isolamento social, a Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC tinha como finalidade atender as crianças da melhor forma. Para isso, o município de João Pessoa realizou, de 2021 a 2023, um levantamento de matrículas para verificar a necessidade de profissionais nas escolas municipais e nos CMEIs, no intuito de sanar a necessidade de professores(as) nessa etapa da educação e atender o quantitativo de crianças matriculadas. A esse respeito, conforme a SEDEC, durante os anos 2021 a 2023, as matrículas foram realizadas e organizadas, conforme os seguintes agrupamentos de crianças por faixa de idade, sendo Berçário, com crianças de 6 meses a 1 ano e 11 meses, Maternal, com crianças de 2 anos a 3 anos e 11 meses, e Pré-escolar, com crianças de 4 e 5 anos e 11 meses. Em linhas gerais, destacamos os agrupamentos de crianças nas turmas: berçário, maternal e pré-escolar, conforme demonstrado no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Agrupamentos de crianças por turmas na Educação Infantil em 2023, na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, PB.





Fonte: autoria própria a partir de dados da SEDEC/João Pessoa-PB – 2023.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura – MEC (BRASIL, 2009), em relação à efetivação de matrículas, deve-se obedecer à idade de corte etário para ingresso na Educação Infantil em creche e pré-escolar. Sendo assim, a SEDEC segue o que determina o MEC em relação ao quantitativo de crianças por turma na Educação Infantil. Desse modo, o gráfico acima revela que, mesmo diante da pandemia e/ou pós-pandemia, houve um considerado número de matrículas por grupo etário nessa etapa da educação, sendo, nas duas unidades, investigadas 25 crianças no maternal e 25 no Pré-escolar, diferenciando apenas o berçário, com 20 crianças.

Entretanto, o MEC alerta para o fato de que a proporção pode variar de acordo com a regulamentação do órgão normativo do sistema de ensino, seja ele federal, estadual ou municipal. Compreender essa questão de matrículas é



fundamental para a elaboração de estratégias relevantes que superem os danos causados pela pandemia, na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.

Assim, o município de João Pessoa tenta criar táticas para expandir o número de unidades educacionais e profissionais para atender a Educação Infantil, suprimindo a necessidade da população que aguarda vaga nas escolas e CMEIs. Também vem tentando melhorar o atendimento aos familiares que procuram matricular seus filhos nas escolas municipais, no sentido de que nenhuma criança fique fora da escola.

Nessa direção, as matrículas na Educação Infantil em escolas e CMEIs, durante e após isolamento social, foram realizadas de forma virtual pelo site <https://matriculasim.pontoid.com.br/>, ou presencialmente, em uma central de matrículas, no Centro Municipal de Atividades Pedagógicas Integradoras-CEMAPI, com um sistema de atendimento às famílias montado pelo Departamento de Informática da SEDEC, durante todo o ano letivo (JOÃO PESSOA, 2023).

Os CMEIs durante e/ou pós-pandemia

Segundo a SEDEC, as unidades municipais de Educação Infantil, durante e/ou pós-pandemia, são insuficientes para atender a demanda de matrículas. Em 2022, havia 87 CMEIs, tendo sido abertas novas unidades em 2023, completando 94 CMEIs. Houve, ainda, o acréscimo de 45 escolas que passaram a atender a Educação Infantil. No entanto, são necessárias construções de novas unidades, pois, só assim, a grande procura por vaga nesta etapa da educação será atendida (JOÃO PESSOA, 2023).

A busca dos familiares pelas unidades de Educação Infantil no período de pandemia, mesmo sem atendimento presencial às crianças, justificou-se pela necessidade de alimentação das famílias, o que, de certa forma, obrigou os pais a matricularem seus filhos na perspectiva de receber o kit alimento oferecido pelo município a cada criança matriculada, apesar de não se configurar como uma cesta básica, por não contemplar todos os produtos que completam uma cesta.

Mesmo assim, os familiares buscaram matricular seus filhos para a aquisição dessa ajuda alimentícia tão necessária diante do desemprego



causado pela pandemia, mas nem sempre encontravam vagas nas unidades escolares, ampliando, assim, a marginalização nessa etapa da educação.

Diante desse panorama, o ano letivo de 2020 contou com apenas um mês de estudos presenciais, passando para a modalidade remota até seu término em 2021, bem como, no início de 2022, perpetuaram-se modalidades diferenciadas no atendimento às crianças, conforme contexto de pandemia em todo o mundo. A disseminação pandêmica da COVID-19, que abalou o Brasil e vários países, resultou em perdas e paralisação em diversas atividades, alterando os calendários escolares em todos os níveis de ensino.

A Educação Infantil, por envolver crianças pequenas, é a etapa na qual a prática pedagógica acontece numa relação de contato mais próximo entre docente/criança/família, considerada, por isso, a fase mais prejudicada da educação, pois as crianças necessitam do tocar, do sentir e do observar, para se desenvolver em seus aspectos físico, intelectual, social e emocional, construindo significados e, conseqüentemente, aprendizagem.

Diante do exposto, a COVID-19, doença causada por infecção pelo Sars-Cov-2, acarretou grandes transtornos aos sistemas de ensino, devido ao isolamento social que causou. De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (BRASIL, 2020), foram 52,8 milhões de alunos afetados, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Nesse contexto, a condição da educação no país tornou-se muito grave, devido às desigualdades sociais. Enquanto uma criança tem acesso à Internet, um número bem maior não tem, fato que favoreceu as fragilidades do contexto educacional, o aumento da evasão, do abandono, da infrequência, da dificuldade de adaptação e de acesso ao ensino remoto, evasão escolar, além de elevados retrocessos no processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, este estudo justifica-se pela sua relevância para a comunidade escolar, assim como para a ciência da educação, por considerar que estas questões necessitam ser abordadas de modo aprofundado nas instituições formativas, visando à reflexão sobre as dificuldades a serem enfrentadas ao longo da trajetória educacional das crianças, no sentido de criar estratégias que venham propiciar, nas crianças, a vontade de frequentarem as unidades de Educação Infantil, permanecendo nelas, além de se promover inovação educativa na profissão docente. “Tudo isso implica considerar o profissional de educação como um agente dinâmico cultural, social e curricular” (IMBERNÓN, 2011, p. 24).

Nesse sentido, durante e após a pandemia, a SEDEC busca alternativas de transformações nos espaços, nos materiais e nos profissionais, para atender as crianças de forma mais significativa (JOÃO PESSOA, 2023).

Por meio da auto avaliação e/ou ação/reflexão /ação no trabalho docente que o professor pode refletir e redimensionar seu trabalho pedagógico, se abrindo para o novo, conforme afirma uma das professoras entrevistada. A gente sempre faz essa avaliação no dia a dia, porque todos os dias fazemos o registro diário, então nesse registro diário colocamos se a criança tem dificuldade ou não, então por aí vamos percebendo se eu tive avanço na turma ou não, quais práticas pedagógicas foram atrativas ou não, o que devo buscar para que o trabalho que eu desenvolva de fato sejam alcançados pelas crianças (JOÃO PESSOA, 2023, s.p.).

Desse modo, é por meio da autorreflexão no trabalho docente que o professor pode refletir e redimensionar suas práticas pedagógicas, abrindo-se para o novo, pois a autoavaliação requer do profissional de educação uma prática reflexiva que vise à melhoria de sua atuação.

Embora a entrevista realizada com a professora nos forneça muitas categorias, optamos por analisar duas: trabalho docente na educação infantil e práticas pedagógicas. A formação da professora entrevistada é o magistério, ou seja, o que permite a sua atuação na Educação Infantil. Porém, precisa do curso de graduação em licenciatura plena para a atuação em sala de aula, com base no Art. 62 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, que estabelece:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Com base no exposto, observa-se que A LDB 9.394/96 trouxe, como exigência, a formação específica para o profissional da educação infantil. Desse modo, percebe-se que o curso de formação inicial do(a) professor(a) possui lacunas que afetam sua atuação, visto que não se tem uma

fundamentação teórica necessária que abranja todos os âmbitos do desenvolvimento infantil aliados à prática.

Os saberes docentes e a prática pedagógica estão intrinsecamente relacionados, uma vez que é no exercício da prática docente, uma atividade especializada, que eles são mobilizados, construídos e reconstruído pelo professor a partir de uma ação dinâmica ao ensinar (DONATO, 2008, p. 159).

Dessa forma, não só durante e/ou após a pandemia o docente precisa, sob um olhar pedagógico, adotar práticas metodológicas que consigam atender as especificidades das crianças. Desse modo, o trabalho docente na Educação Infantil, quer seja durante a pandemia e/ou depois, está cada vez mais atrelado a um conjunto de habilidades e competências necessárias para que ele possa atuar pedagogicamente, alcançando as especificidades das crianças.

Diante desse cenário, a população deste estudo foi constituída por dez professoras que atuam na Educação Infantil em dois CMEIs na pré-escola, com crianças de cinco anos de idade, em tempo integral, no ano de 2022.

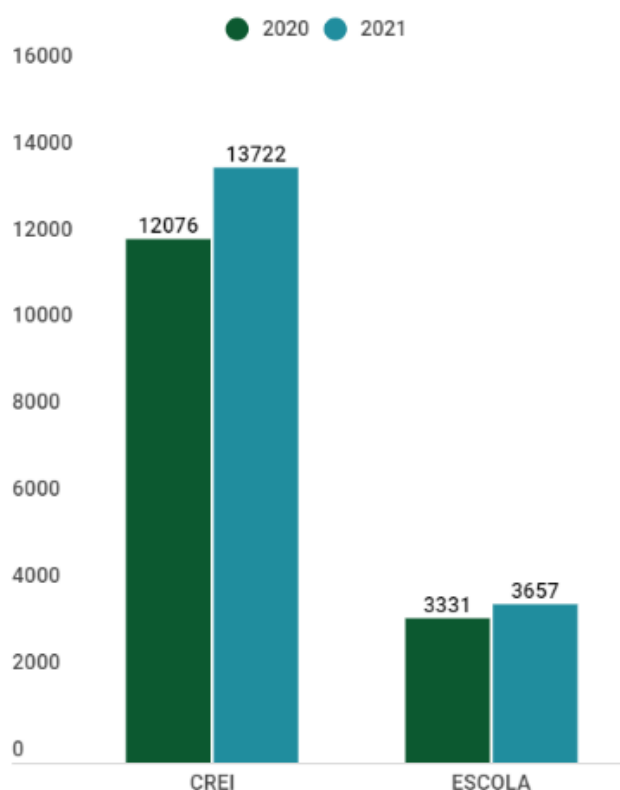
Nessa direção, durante a pandemia, a partir das observações realizadas em dez turmas, foi possível conhecer a atuação das professoras no momento em que estavam na unidade para desenvolver as aulas remotas e atender, de forma presencial, as famílias que não possuíam aparelho celular ou acesso à Internet, devido ao ensino remoto, em decorrência do isolamento social. Também foi possível observar o trabalho pedagógico no pós-pandemia.

No período pandêmico, a rotina das docentes durante a semana acontecia da seguinte forma: no primeiro dia da semana, reuniam-se no CMEI para planejar e enviar, por telefone celular, as experiências para as crianças e familiares. No segundo dia, atendiam presencialmente as famílias que não tinham acesso à Internet, para entregar por escrito o passo a passo das experiências que seriam vivenciadas pelas crianças em casa. No terceiro dia, conversavam em chamada de vídeo com as crianças sobre as vivências. Na quinta-feira e na sexta-feira, um grupo de professoras ficava na unidade, e outro grupo, em casa, em plantão pedagógico, para atender crianças/famílias, esclarecendo dúvidas sobre as experiências propostas.

No pós-pandemia e/ou ao longo do período de isolamento social, ou seja, segundo momento de investigação com as docentes, foi possível observar o contexto educacional de forma mais completa e significativa, devido à presença das crianças e das professoras na unidade de forma presencial.

Sendo assim, observou-se um número expressivo de matrículas na Educação Infantil durante e/ou após a pandemia na Rede Municipal de Ensino em João Pessoa, PB, conforme demonstrado no Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Número expressivo de matrículas na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino em João Pessoa, PB.



Fonte: autoria própria a partir de dados da SEDEC/João Pessoa, PB – 2023.

Diante dos dados apresentados nesse Gráfico 2, no período de 2020 a 2021, observa-se um crescimento expressivo do número de matrículas nas creches e pré-escola, representando um aumento de matrículas. Durante o ano de 2022, esse quadro continuou crescendo, sendo necessários ajustes nos CMEIs e nas escolas. Desse modo, foram traçadas estratégias de atendimento que vão desde a aquisição da abertura até a ampliação de novos prédios para atender a demanda de crianças matriculadas.

Em relação ao quantitativo de matrículas, especialmente durante e/ou depois do período pandêmico, os CMEIs superaram as escolas, por ser em número maior, 94 unidades, enquanto as escolas são apenas 45 unidades, bem como nem todas atendem em tempo integral; já quanto aos CMEIs, todos recebem as crianças em tempo integral.

Quanto ao trabalho docente nas unidades investigadas, tanto no contexto da pandemia quanto no pós-isolamento social, busca-se construir formas criativas e assertivas na Educação Infantil, o que implica um conjunto de diretrizes pedagógicas sugeridas para profissionais da educação, um repensar o tempo e o espaço do currículo, “articulado com as crianças, profissionais e família, ao mesmo tempo em que se garante os direitos de aprendizagens das crianças” (JOÃO PESSOA, 2021, p. 7).

Diante desse contexto, durante o ano de 2020 e no primeiro semestre de 2021, a SEDEC esteve mobilizada para manter as atividades pedagógicas que garantissem os direitos de aprendizagem e o vínculo dos estudantes com o CMEI e a escola. Uma tarefa complexa que exigiu muitos esforços pedagógicos e enfrentamento aos desafios do ensino remoto, do uso das ferramentas tecnológicas, realidade que fez professores(as) se reinventarem em meio a um contexto de medo e incertezas provocado pela pandemia.

Nessa direção, o retorno das atividades presenciais exigiu que se pensasse em um modelo de escola e/ou CMEI, com base na organização das turmas, tempos, espaços e currículo, considerando o aumento de crianças matriculadas, conforme os números de matrículas representados na Tabela 1.

Tabela 1: Total de matrículas em creche e pré-escola na Educação Infantil em 2022 e 2023 na Rede Municipal de Ensino em João Pessoa, PB.

2022		2023	
Creche	8.674	Creche	7.145
Pré-escola	8.105	Pré-escola	8.635





Fonte: autoria própria a partir de dados da SEDEC/EDUCASIM – João Pessoa, PB – 2023.

A Tabela 1 acima representa o quantitativo de crianças na rede municipal de ensino em João Pessoa com matrículas realizadas em 2023 em creche e pré-escola, que corresponde ao atendimento educacional a crianças de zero a três anos de idade (creche) e, na pré-escola, a crianças de quatro e cinco anos, matriculadas nos 94 CMEIs, bem como nas 45 escolas, que atendem apenas a crianças de quatro e cinco anos.

Segundo a SEDEC, o município continua com matrículas abertas em escolas e CMEIs para as crianças que ficaram fora da capacidade das unidades e/ou outras oriundas de outros Estados, Municípios ou de outro País. A OMS (Organização Mundial da Saúde), em 30 de janeiro de 2020, declarou, por conta do surto do coronavírus, o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Após dois anos, a OMS, em 05 de maio de 2023, declarou o fim do estado de emergência, devido à queda no número de casos e de mortes. Nesse contexto, os familiares voltaram a matricular seus filhos na Educação Infantil, fato que vem sendo ampliado de 2020 a 2023.

A partir dos elementos acima citados, foi organizada a plataforma EDUCASIM, novo sistema de gestão de João Pessoa, que compreende desde o processo de matrículas na rede municipal até a leitura facial para registrar a frequência das crianças nas unidades escolares, bem como atualização de dados em tempo real de todas as ações da equipe escolar, além do preenchimento do diário de classe, que também será realizado nesse sistema virtual (JOÃO PESSOA, 2022).

Na perspectiva de atender a esse fenômeno posto, bem como a demanda de crianças matriculadas, algumas unidades foram ampliadas com divisórias em espaços mais amplos, que passaram a acomodar duas ou três turmas de crianças, assim como ocuparam salas de referências em Organizações não Governamentais (ONGs) e escolas estaduais, mas não atendeu de forma geral esse público, sendo necessária a aquisição de prédios desocupados e/ou construção de novas unidades que estão previstas para 2023 no plano municipal do atual governo.

O trabalho pedagógico no contexto pandêmico na Educação Infantil



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 [2023]

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257313>

A Educação Infantil pública no município de João Pessoa organizou um plano de retomada para as instituições de ensino voltarem a funcionar presencialmente no mês de agosto, da seguinte forma: cada turma foi dividida em duas, com seus determinados dias. Na primeira semana de atendimento, participava a metade da turma, que formava um grupo de crianças representado pela cor amarela; na segunda semana, o grupo da cor vermelha e vice-versa, devido à pandemia da COVID-19.

No sentido de amenizar a situação das lacunas deixadas no processo de ensino-aprendizagem, em detrimento do fracasso escolar de 2020 e 2021, a SEDEC organizou, para 2022 e 2023, um *continuum curricular*, no intuito de atender as necessidades das crianças, tendo o cuidar e o educar como princípios que norteiam a política de atendimento das crianças nessa faixa etária, considerando a universalização, nos próximos quatro anos de governo, da oferta com qualidade do atendimento de crianças de quatro e cinco anos de idade e a aplicação do atendimento das crianças de zero a três anos de idade (JOÃO PESSOA, 2021).

Também há uma preocupação quanto à garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem, conforme a legislação e o cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, no que tange à legislação educacional, a qual admite diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar.

Em virtude da fragilidade da conjuntura educacional em tentar resolver o aumento do déficit de aprendizagem para garantir tal direito, pensa-se num trabalho com um *continuum curricular*, e só o tempo irá dizer se realmente isso resolveu o problema deixado pela pandemia num sistema educacional que já apresentava dificuldade e grande desafio, mesmo antes da COVID-19.

No entanto, o cenário de 2021 gerou a necessidade de se efetivar, em 2022 e 2023, nos CMEIs e nas escolas públicas municipais do município de João Pessoa, um trabalho pedagógico capaz de propiciar o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, em busca de contribuições relevantes que apontam possibilidades para a correção das perdas educacionais oriundas de um mundo pandêmico.

Sendo assim, conforme estudos de Kohan (2008), pode-se refletir sobre a importância de se compreender a existência de uma criança que se faz presente no ser humano a vida toda, independente de faixa etária, numa

concepção filosófica da infância, que a discute numa perspectiva da experiência, pensamento, criação, inventividade e novidade.

Quanto ao trabalho pedagógico não só no contexto pandêmico, o sociólogo Sarmiento (2004) mostra que devemos respeitar as multipluralidades do modo de ser criança. Ou seja: cada criança vivencia a infância de maneira única. Assim, compreende-se que essas experiências de crianças e infâncias estão interpassadas por um processo cultural, uma maneira de aprendizado e descoberta própria de cada sociedade. Quando o(a) professor(a) compreende essa multipluralidade, sua atuação junto à criança torna-se bem significativa.

Por meio desses exemplos, um olhar na Educação Infantil à luz da filosofia para criança requer atenção do docente no sentido de não se prender a um atendimento limitado ou futurista. “As crianças são não só curiosas e lúdicas, mas racionais e hábeis para envolver-se em diálogos filosóficos” (KOHAN, 2008, p. 105).

Diante desse contexto marcado por transformações nas concepções de sociedade, de família e de crianças e infâncias, as crianças passaram a ter seus espaços. Assim, esse cenário de desvalorização a elas, especialmente as carentes, começa a mudar, realidade somada à mudança da sociedade e do meio ambiente, que resultou no processo de regulamentação dessa etapa da educação, com a criação de legislação, programas e diretrizes que tinham como base o cuidado e a educação da criança pequena. Mas ainda estamos longe desta realidade, pois “a escola brasileira, sobretudo aquela que está destinada à classe popular, com raras exceções, não está preparada para atender à infância” (BARBOSA, 2011, p. 27).

Isso suscitou a necessidade docente em buscar a sua formação profissional continuada e investimento material, além de domínio das ferramentas utilizadas no seu trabalho pedagógico, de acordo com os avanços da sociedade e da tecnologia. “Por esse motivo busca-se, na Educação Infantil, apresentar às crianças os elementos básicos das linguagens artísticas para que possam criar” (Oliveira, 2019, p. 214).

Os movimentos sobre a criança/infância da Sociologia e da Filosofia percebem a criança como produtora de cultura, mas não são iguais, nem excludentes, sendo que nenhum exclui o outro. De acordo com Sarmiento (2004), uma infância constituída pelas formas culturais produzidas pelas crianças, e por modos peculiares de atribuição de sentido, de significados, de comunicação e relações entre seus pares e adultos.

Uma outra concepção mais filosófica da infância discute a infância não como etapa ou categoria geracional, mas como uma condição para habitar o humano, que pode habitar a criança, o jovem, o adulto e o idoso, associada, sobretudo, à categoria tempo. Assim, conforme Barbosa (2011), é o vivido sem sentido alienado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que o sistema educacional brasileiro vem passando por transformações curriculares, inclusive na Educação Infantil, bem como as crianças são vistas como sujeitos de direitos nos diferentes espaços nos quais circulam, embora esses direitos ainda sejam negados, pois, infelizmente, há proposta de trabalho, nesta etapa da educação, que necessita estar comprometida com uma responsabilidade educacional significativa, sendo necessária uma atuação docente centrada no protagonismo da criança em todos os momentos do trabalho pedagógico. Ou seja: as crianças devem participar ativamente das vivências/experiências propostas pelo(a) docente.

É igualmente importante a criança ser protagonista da sua aprendizagem, essa deve ser a principal razão do CMEI/escola que necessita garantir o desenvolvimento integral, a partir da participação ativa. Para isso, é necessário que o trabalho docente e a proposta pedagógica permitam a participação da criança e propiciem a interação com seus pares na construção do conhecimento, com base nos direitos de aprendizagem e campos de experiência, conforme objetivos propostos, na perspectiva de que todas as crianças se desenvolvam de acordo com suas possibilidades e seus interesses.

Espera-se que as conclusões, a partir da realização deste estudo, possam servir para clarificar a respeito da Educação Infantil no contexto pandêmico no município de João Pessoa, na tentativa de o docente atualizar seu olhar, o repertório e tentar novos caminhos, capaz de buscar aquela criança que ainda não retornou às atividades presenciais e/ou que já o fez, mas precisa de incentivo para permanecer no CMEI/escola. Compreendemos que não são necessários recursos caros para que as crianças se expressem e participem das investigações, das experiências/vivências, mas vale a pena oferecer suportes que incentivem ações diversas no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda durante esse estudo sobre a Educação Infantil no contexto pandêmico, os desencontros em relação ao fazer pedagógico do docente e a participação ativa das crianças levaram-nos a possíveis afirmações: os

docentes precisam dedicar e avançar nos estudos com crianças pequenas. “Ser criança varia entre sociedades, culturas e comunidades” (SARMENTO, 1997, p. 17).

Outro fator relevante é que se faz necessário ter sensibilidade para compreender como cada criança vivencia ou vivenciou o momento de pandemia. As famílias, depois da pandemia, procuraram mais os CMEIs/escolas não em busca somente de educação, mas para procurar alimentar seus filhos, ampliando-se, conseqüentemente, o número de crianças matriculadas, principalmente na rede pública de ensino, fato que demanda um olhar atento para o trabalho pedagógico nessa etapa da educação, no que se refere à qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, este estudo pretende contribuir para reflexões e pesquisas sobre as possibilidades das crianças na Educação Infantil, com base em estudos e pesquisas que apontam caminhos para as crianças se desenvolverem enquanto protagonistas da sua aprendizagem, tornando-se capazes de olhar o mundo com compreensão e espírito crítico, assim como propiciar ao docente desprender-se de certas práticas pedagógicas e repensar novas formas de realizar suas ações, proporcionando meios para uma educação crítica que coloca a criança em sintonia com o que está a sua volta.

Acreditamos que as discussões aqui empreendidas não se consumam nestes registros. No entanto, espera-se que colaborem para futuras investigações e discussões científico-acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. Rita; AFONSO, Valentim Maria Aparecida. **Educação Infantil**: Das Práticas Pedagógicas às Políticas Públicas. Editora UFPB – João Pessoa, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília: Senado Federal, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular**: BNCC: Educação Infantil. Brasília. MEC, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** (DCNEI). Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Básica, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.979**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 06 fev. 2020.

DONATO, Sueli Pereira; ENS, Romilda Teodora. **A Docência Contemporânea: Entre Saberes Docentes E Práticas**. PUCPR: EDUCERE: Teorias, Metodologias e Práticas, 2008.

FARIA, de B. Maria Evangelina (org.). **Currículo e educação infantil**. João Pessoa: Ideia, 2012.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. v. 14. São Paulo: Cortez, 2011.

JOÃO PESSOA. **Diretriz Normativa 2020**. Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria de Gestão Curricular. João Pessoa: SEDEC, 2020.

JOÃO PESSOA. **Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil**. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Educação Infantil. João Pessoa: SEDEC, 2021.

JOÃO PESSOA. **Diretriz Normativa Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA - 2021**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura / Diretoria de Ensino, Gestão e Escola de Formação, 2021.

KOHAN, W. Omar. **Filosofia para crianças** – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Encontros e desencontros na formação dos profissionais de Educação Infantil** IN: MACHADO, Maria Lucia. Encontros e desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, M. Cecília de Souza. **Desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. [et al]. **O trabalho do professor na educação infantil**. 3. ed. – São Paulo: Biruta, 2019.

SARMENTO, M. Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Braga: Instituto de Estudos da Criança / Universidade do Minho, 2004.

SARMENTO, M. Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças: contextos e identidades**. Braga Centro de Escudo's da Universidade do Minho, 1997.

Submissão em 26 de janeiro de 2023.

Aceite em 21 de junho de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 [2023]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257313>